

HELOISA MURGEL STARLING

Ser republicano no Brasil Colônia

A história de uma tradição esquecida



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2018 by Heloisa Murgel Starling

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Victor Burton

Imagem de capa

Sem título, Renina Katz (1956). Nanquim sobre papel, 39,9 x 27,3 cm (detalhe)

Reprodução Patricia Motta.

Preparação

Cacilda Guerra

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Jane Pessoa

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Starling, Heloisa Murgel

Ser republicano no Brasil Colônia: A história de uma tradição esquecida / Heloisa Murgel Starling. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ISBN 978-85-359-3099-3

1. Brasil – História – República, 1889- 2. Brasil – Política e governo 3. República 4. Republicanismo – Brasil – História

I. Título.

18-13634

CDD-321.860981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Republicanos : Ciência política 321.860981

[2018]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

*Para Lilia Schwarcz, Evaldo Cabral de Mello
e Newton Bignotto*

*Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Ai, palavras, ai, palavras,
sois de vento, ides no vento,
no vento que não retorna,
e, em tão rápida existência,
tudo se forma e transforma.*

Cecília Meireles, *Romanceiro da Inconfidência*

*Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização*

Chico Buarque, “Futuros amantes”

Sumário

<i>Introdução</i> — Uma herança sem testamento	11
1. E a República desembarcou no Brasil: Os vários significados para uma palavra	23
2. Repúblicas à moda de Veneza	45
3. A República dos letrados	83
4. República florente	119
5. Qual República? Forma e distribuição do poder	150
6. República do Tagoahy	177
7. República Bahinense	208
<i>Conclusão</i> — A tradição esquecida	239
<i>Agradecimentos</i>	277
<i>Notas</i>	285
<i>Referências bibliográficas</i>	337
<i>Índice remissivo</i>	361

Introdução

Uma herança sem testamento

Por volta de 1627, frei Vicente do Salvador, um franciscano que se tornou nosso primeiro historiador, terminava o argumento de *Historia do Brazil*. No texto, hoje bem conhecido, fazia uma reflexão política sobre o futuro da colônia, sob a ótica do interesse da metrópole. Circulou, em Portugal e no Brasil, exclusivamente por meio de cópias manuscritas até 1888, quando outro historiador, Capistrano de Abreu, publicou sua primeira edição completa. Página por página, *Historia do Brazil* abre espaço para diversas possibilidades de leitura, entre as quais o prenúncio das críticas a um projeto de colonização que tinha por objetivo central recolher da colônia tudo o que na Europa pudesse alcançar algum valor. O Brasil era, a essa altura, um território colonial em formação, com uma população rarefeita — “arranhando ao longo do mar como caranguejos”,¹ dizia ele em passagem que ficou famosa —, e repleto de oportunidades a serem exploradas, sobretudo em riqueza, comércio e poderio político para o Império. Mas, pensava frei Vicente, o sonho português de viver do trabalho alheio precisava de ajustes, e estaria condenado ao malogro caso não passasse de um sistema de povoamento concentrado em desfrutar as riquezas do território colonial para deixá-lo em seguida destruído.

A pergunta que frei Vicente se fazia a todo instante é surpreendentemente atual: como pôr em prática no território da colônia a ideia de zelo pelo bem

comum, isto é, o cuidado pelo patrimônio coletivo de seus habitantes? Vista do ângulo de Portugal, essa pergunta assumia uma importância estratégica, e *História do Brasil* defende a tese de que não é possível evitar que os indivíduos sigam exclusivamente seus próprios interesses egoístas se no caminho deles só existe um projeto de colonização de natureza predatória: “O nome Brasil lhe ajuntaram ao Estado e [...] os povoadores por mais arraigados que na terra estejam, tudo pretendem levar para Portugal”, registrou frei Vicente com sua pena perspicaz. E não economizou ironia:

Se as fazendas e bens que possuem soubessem falar, diriam como os papagaios, para os quais as primeiras palavras que ensinam são: “Papagaio-real para Portugal”. [...] Mesmo os que cá nasceram não são senhores, mas usufrutuários que desfrutam e deixam a terra destruída.

Frei Vicente não tratava de ideias abstratas, e exigia a criação de práticas administrativas para o território da colônia especificamente vocacionadas para a gestão de um patrimônio que deveria interessar a todos: “Nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular”, sentenciou em resposta àquela sua própria interrogação.²

Ainda era só uma palavra, mas “República” acabava de desembarcar nas terras recém-tocadas que seriam, um dia, o Brasil, e seu desembarque vinha registrado pela letra elegante de quem andava sustentando havia anos uma opinião afiada sobre o assunto. “República”, no argumento de frei Vicente, significava a boa gestão da coisa coletiva ou pública, e era uma maneira de qualificar a administração que está a serviço do interesse de todos e não se confunde com as diversas manifestações da vida particular dos indivíduos. Em sua opinião, e na de alguns de seus contemporâneos, existia, no Brasil, um problema que podia arruinar tudo: bem público e interesses particulares tinham pesos diferentes no interior do projeto colonial português e, por aqui, negociava-se tranquilamente o bem coletivo pela vantagem individual. Era fácil ver: as coisas andavam trocadas no Brasil.

E a história mal começara. A certa altura do final do século xvii, entrou em ação outro religioso, dessa vez jesuíta, padre Antônio Vieira, que acompanhava de perto as contradições do projeto colonial português e não se furtava a executar prédicas audaciosas sobre o assunto. Em uma dessas prédicas, “Ser-

mão da visitação de Nossa Senhora”, padre Vieira passou a limpo o programa de Lisboa para a gestão do ultramar, além de condenar publicamente um modo de governar que alavancava um magote de funcionários vorazes cuja prática administrativa corrompia *por dentro* a colônia: “Esta é a causa original das doenças do Brasil”, investiu Vieira, do púlpito do Hospital da Misericórdia da Bahia, na ocasião em que chegou àquela cidade o marquês de Montalvão, governador-geral e vice-rei.

Tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares. Perde-se o Brasil, senhor, porque alguns ministros de sua majestade não vêm cá buscar nosso bem, vêm cá buscar nossos bens [...]. Esse tomar o alheio é a origem da doença: toma nessa terra o ministro da Justiça? Sim, toma. Toma o ministro da Fazenda? Sim, toma. Toma o ministro da República? Sim, toma. Toma o ministro da Milícia? Sim, toma. Toma o ministro do Estado? Sim, toma [...]. Muitos transe destes tens padecido, desgraçado Brasil, muitos te desfizeram para se fazerem, muitos edificam palácios com os pedaços de tuas ruínas, muitos comem o seu pão com o suor do teu rosto. Eles ricos, tu pobre; eles salvos, tu em perigo.³

O Brasil dá, Portugal o leva, trovejava padre Vieira, em Salvador. No século xvii português, as pessoas conheciam e usavam a palavra “República”, mas não havia, no Brasil, abrigo para *repúblicas* — e bem público era algo a ser pilhado. O prognóstico dos dois religiosos era idêntico: não há quem esteja disposto a priorizar o bem comum em um território onde o governo da Coroa privilegia a garantia de interesses privados, e vários particulares se empenhavam apenas na exploração das terras, cada um com a jurisdição própria sobre a faixa que lhe cabia. Naturalmente, os dois reconheciam os acontecimentos que, no decorrer do século xvii, configuraram um projeto de colonização de natureza predatória e pouco interessado em evitar que os indivíduos se guiassem por seus próprios interesses egoístas — eles não podiam adivinhar o futuro. Mas, convenhamos: a questão que ambos levantam merece ser considerada; afinal, há muito ela domina a imaginação política do Brasil. Nos quatro séculos que nos separam de frei Vicente do Salvador e de padre Antônio Vieira, permanece renitente a evidência de que chamamos por República um esboço que não encontrou forma. E a implacável normalidade com que os brasileiros convivem hoje com a natureza redutora e deficitária de sua República fica ain-

da mais reveladora quando compartilhamos, no presente, o sentimento da crise e da incerteza política, e experimentamos a estranha sensação de que o tempo cronológico está girando fora dos eixos.

Hannah Arendt tinha uma estratégia — melhor dizendo, uma espécie de método — para lidar com aquilo que é inapreensível numa situação de crise, em especial nas circunstâncias em que esta atinge o pensamento, a política e os valores. Quando algo na agenda é inédito e traz a chance de produzir alguma mudança mais ou menos brusca e sem precedentes que não sabemos avaliar bem, a alternativa, recomendava Arendt, é recorrer ao passado para pensar com ele, sem se resignar a certa nostalgia por outras épocas, e sem se deixar dominar pela ilusão de que no tempo cronológico existe lugar para a repetição — o tempo não é retilíneo, e a história, ela se sentia à vontade para contrariar os historiadores, é ingovernável. O presente costuma ser o desencadeador eficaz desse impulso de se dirigir ao passado para compreender a nós mesmos; e, se nos aventurarmos fundo o bastante sem que acabemos nos perdendo em alguns dos recantos mais tumultuados ou exóticos do passado, é provável que consigamos retornar aos nossos assuntos contemporâneos com as classes de perguntas que precisam ser feitas e o lastro de uma nova e decisiva compreensão acerca de problemas muito antigos.⁴

É sobretudo para o século XVIII que devemos nos voltar se queremos reencontrar a trilha de como a palavra “República” chegou até nós, embarcada em Portugal, ainda no século XVII; e de como, surpreendentemente, ela se aclimatou no ambiente político da América portuguesa, desenvolveu novos sentidos, condensou inúmeros significados e, com o passar do tempo, ganhou peso e relevância entre os funcionários do rei e entre os colonos. Ao final do século XVII, “República” havia se tornado uma palavra importante e significativa para os habitantes da colônia, capaz de revelar o que aquelas pessoas pensavam a respeito do que estavam fazendo e sobre os valores e as expectativas que compartilhavam em seu comportamento público. E, acima de tudo, a palavra “República” chamou a atenção para os significados e as possibilidades do ideal de liberdade, além de fornecer o sentido para a lógica da ação política revolucionária. Entre os séculos XVII e XVIII, “República” já era uma palavra que suscitava grandes esperanças no Brasil, e seu enraizamento no território colonial constituiu uma narrativa rica e agitada que culmina em quatro momentos fortes da nossa história política — as conjurações ocorridas em Minas, no Rio de

Janeiro e em Salvador durante as últimas décadas do século XVIII e a Revolução de 1817, em Pernambuco.

Este livro conta essa história. Reconstrói o percurso e o modo como, ao final do século XVIII, um repertório republicano, isto é, um conjunto de expedientes de uso intelectual — argumentos, conceitos, teorias, formas de linguagem —, começou a ser praticado na América portuguesa.⁵ Esse repertório se formou não apenas no plano da ordenação de ideias e constituição de vocabulário, mas também no âmbito das práticas simbólicas e da imaginação. Sua construção foi o resultado dos procedimentos de apropriação, interpretação e reelaboração, entre colonos e funcionários do rei, de um acervo intelectual cosmopolita que combinou formas de pensar características da cultura política portuguesa seiscentista e setecentista, com recursos teóricos e retóricos gerados a partir de um conjunto de experiências históricas distintas no tempo e no espaço, que formam as diferentes matrizes do que hoje chamamos de “tradição republicana”. Com suas raízes profundas fincadas em um longo período de vários séculos, essa é uma tradição de memória tão venerável que não se organiza como um corpo único de pensamento e doutrina. E a maneira como, na América portuguesa, colonos e funcionários do rei mobilizaram, de acordo com suas necessidades, os recursos intelectuais e políticos fornecidos pelas diferentes matrizes da tradição republicana oferece uma via de acesso a esse repertório que, sob inúmeros aspectos, se mostra, ainda hoje, muito próximo de nós.⁶

Matrizes costumam ser o resultado mais duradouro do choque provocado pelo embate de inúmeras cabeças rodando numa determinada conjuntura, repletas de ideias em conflito — elas incorporam e renovam temas em torno dos quais gira a agenda política e por onde se radicalizam as diversas percepções do mundo público que disputam sua presença em um espaço comum. Misturam continuidade e diversidade, modelam crenças, ideais e sensibilidades políticas, projetam perguntas e polarizam diferenças. Este livro argumenta que cinco matrizes da tradição republicana forneceram recursos intelectuais e políticos que foram usados na América portuguesa, tanto por funcionários do rei quanto por colonos, conforme suas necessidades, a partir da primeira metade do século XVII e ao longo de todo o século XVIII — a romana, da Antiguidade, a italiana, do Renascimento, a inglesa, do século XVII, a norte-americana do século XVIII e francesa, dos séculos XVIII e XIX.⁷ Essas matrizes abasteceram os colonos de palavras, conceitos e imagens que formaram um novo vocabulário

para o mundo público — e isso aconteceu num período de tempo relativamente curto. Durante o século XVIII, em Pernambuco, Minas, Rio de Janeiro e Bahia, as pessoas começaram a comentar sobre liberdade política, autogoverno, soberania e envolvimento dos cidadãos nos assuntos da colônia. Trocavam informações que consideravam confiáveis, expunham pontos de vista e firmavam convicções. Podiam cometer erros, é claro; mas foi com esse vocabulário que os colonos dotaram a imaginação de um ideal de bom governo, justiça, bem público e amor à pátria. E foi através dele que se afirmou pela primeira vez no Brasil a íntima, mas difícil, conexão entre igualdade e liberdade.

Este livro examina as formas de interação da matriz romana, da Antiguidade, e da italiana, do Renascimento — a longa experiência histórica da República em Roma e das cidades-repúblicas da Itália —, com a complexa realidade colonial vivida pelos letrados em Vila Rica e pela elite açucareira de Olinda, metida em uma disputa feroz com os mascates da classe mercantil do Recife. Alguma sintonia existiu e ficou restrita ao horizonte do “humanismo cívico”, no primeiro caso, e da experiência republicana de Veneza, no segundo. A partir do século XVII, porém, a tradição republicana passou a conviver com a novidade representada pelo fenômeno revolucionário, e seu eco atravessou o Atlântico. A matriz inglesa se manifestou durante as primeiras décadas do século XVII, no interior dos movimentos de protesto contra o reinado dos Stuart, cresceu no processo das guerras civis e assumiu plena expressão após o regicídio, em 1649. Seu envolvimento com a vida pública da América portuguesa aconteceu de maneira indireta, por meio da evocação de funcionários metropolitanos que enxergaram, no medo que a palavra “República” passou a suscitar no rei, uma forma de defesa essencial do território da colônia.

Já as duas últimas matrizes, a norte-americana e a francesa, mantiveram uma relação intensa e dinâmica com a imaginação política da América portuguesa. A norte-americana fez história durante o processo revolucionário que começou com a luta entre os colonos da América inglesa e a Grã-Bretanha e se encerrou na ratificação e na emenda da Constituição nacional. A matriz francesa, por sua vez, teve início nas primeiras décadas do século XVIII, alcançou os olhos do mundo durante a Revolução de 1789 e se estendeu até a implantação da Terceira República, na década de 1870. Essas duas matrizes reluziram em serões ou por correspondência e nos debates em reuniões de colonos que tentaram encontrar nas conjurações uma saída para sua própria situação de

crise ao final do século XVIII. Para compreender como eles dialogaram com esse repertório cosmopolita e fizeram suas adaptações ao contexto da colônia, o argumento deste livro faz grande uso do papel desempenhado pela complexa interação transatlântica das formas de pensamento geradas no interior dessas matrizes, que envolve o Brasil, a América do Norte e a Europa entre os séculos XVII e XVIII. Esmiuça, em especial, as maneiras como essa interação aguçou a sensibilidade política dos colonos para escritos que circularam da Europa para as Américas e depois em sentido contrário, construindo conexões que em geral têm sido negadas, ignoradas ou que simplesmente ainda passam despercebidas por nós.

A América portuguesa não veio abaixo no final do século XVIII, mas quase. Os colonos estavam cheios de ideias: combinaram princípios, noções e conceitos que revelavam um jeito diferente de abordar os problemas do cotidiano e materializavam uma nova maneira de explicar e dar sentido ao mundo em que viviam. Não estavam interessados num debate doutrinário: as ideias eram absorvidas como um conjunto de ferramentas intelectuais e políticas capazes de ser debatidas, compartilhadas e postas em ação — afinal, elas não são estruturas compactas de pensamento, portadoras de enunciado espesso, autêntico e bem definido em nenhum dos lados do Atlântico, nem no momento de sua produção na Europa e nas colônias da América inglesa, nem quando desembarcadas e recriadas nas capitânicas da América portuguesa. Não são tampouco versões empobrecidas, nem formulações rigorosamente originais, nem importação passiva, imitação ou cópia.⁸

Os próximos capítulos contam a história dessa recepção criativa. E se queremos entender como ela ocorreu, cabe começar localizando os momentos em que ou os funcionários do rei ou os próprios colonos testaram e deslocaram as fronteiras de significação de “República”, durante os séculos XVII e XVIII. Houve três momentos especialmente importantes. O primeiro foi de captura dos usos do termo “República” na cultura política portuguesa seiscentista e setecentista e sua transmissão às colônias da América — a palavra servia para designar a gestão administrativa exercida pelas câmaras municipais. O segundo momento acontece a partir do final do século XVII, por força da associação entre “República” e “sedição” — termo utilizado para definir um ajuntamento de colonos armados e reunidos por motivação política com a intenção deliberada de perturbar a ordem pública⁹ — e da maneira como essa

associação foi utilizada em duas conjunturas específicas: a sedição de 1710, em Pernambuco, e a sedição de 1720, em Minas.

Inéditas e decisivas mudanças de significação do termo “República” voltaram a acontecer em um terceiro momento, durante a segunda metade do século XVIII, e provocaram alterações radicais no seu campo semântico. O vocabulário da vida pública foi ampliado por meio de novas definições para palavras como “pátria”, “América”, “corrupção”, “liberdade”, “bom governo”, “bem comum”, e ganhou força uma espécie de recombinação, até então incomum, entre os textos escritos pelos colonos e as práticas e formas de ação política que protagonizaram em Minas, no Rio de Janeiro e em Salvador. Mais reivindicativos e menos cautelosos, a cada dia, em face da autoridade régia, esses colonos passaram a reconhecer na linguagem da República um jeito de falar de liberdade.

O primeiro atributo da liberdade que os colonos desdobraram de uma nova e alargada compreensão de República foi a noção de soberania, e isso significava a disposição de se darem leis e decidirem sobre o próprio destino. A associação entre “República” e “autonomia” é típica da segunda metade do século XVIII e está diretamente relacionada ao modo como esses colonos refletiram sobre o cotidiano e sobre o mundo em que viviam. A pretensão de soberania foi o fermento da Conjuração Mineira, o mais importante movimento anticolonial da América portuguesa no campo das ideias e o primeiro a adaptar um projeto claramente republicano para a colônia. Essa conjuração — disso às vezes nos esquecemos — antecedeu a Revolução Francesa; os conjurados tinham no primeiro plano do seu raciocínio apenas os acontecimentos da bem-sucedida Revolução Americana.¹⁰

Para as autoridades portuguesas, “Conjuração” significava uma conspiração política de tipo novo, em que os participantes estão dispostos a contestar o mando do rei e a autoridade da Coroa. Na linguagem republicana, porém, é algo ainda mais perigoso. Conjura-se, explica Maquiavel, para depor o governante, tentar chegar ao poder pelo caminho encurtado da ação violenta e recuperar a liberdade perdida. Nas últimas décadas do século XVIII, as conjurações tomaram corpo, na colônia, em Minas, no Rio de Janeiro e na Bahia. Nos três casos, porém, a conjura foi duramente reprimida e seus autores, julgados por Lisboa pelo delito de Inconfidência, um crime medonho, dos piores que havia, já que os réus eram acusados de faltarem com a lealdade devida ao soberano. Tal ilícito dispensava o uso da violência ou a eclosão da rebelião: para ser incri-

minado, bastava o sujeito ter blasfemado contra o rei ou participado de conversas de conteúdo sedicioso. Designação de uso corrente hoje em dia para nomear as três conjurações, a palavra “inconfidência”, não custa lembrar, faz parte da linguagem utilizada pela Coroa portuguesa, indicando que o crime foi descoberto a tempo pelas autoridades, e a repressão, bem-sucedida.¹¹

É possível que Lisboa tenha demorado tempo demais para entender o que andava na cabeça dos colonos durante as três últimas décadas do século XVIII, mas, cabe avisar, o deslocamento da palavra “República” para o centro do vocabulário político da América portuguesa nem sempre vinha diretamente associado ao debate sobre a forma de governo — recobria um tema comum de pensamento de natureza mais propriamente cultural e moral, estava tingido pelo desejo de liberdade e justiça, e alguns daqueles que recorreram a essa palavra não se mostraram de início convencidos de que a forma republicana de governo era a melhor solução para os problemas que enfrentavam. Esse deslocamento tampouco se resolveu na oposição entre monarquia e República. A Coroa tinha ficado surda e ineficiente e as razões dos colonos foram muito práticas. Eles estavam à procura de referências políticas e intelectuais que os ajudassem a compreender a própria insatisfação com uma administração metropolitana que parecia indiferente e, pior ainda, aparentava ser insensível à situação de insuficiência em que se encontravam.

Ao final do século XVIII, a tradição republicana não podia dar uma resposta precisa para todas as perguntas que os colonos se faziam, mas seu vocabulário tinha adquirido potência, e foi em torno das noções de “República” e “democracia” que ela viu a si própria na América portuguesa. “República” e “democracia” eram, ambas, palavras arregimentadoras, consideradas, por isso mesmo, como suspeitas e perniciosas pelas autoridades portuguesas; também favoreciam o tema da insurreição, encarnavam o combate ao tirano e a uma velha ordem monárquica repleta de instituições corrompidas, e desencadeavam as energias cívicas de uma população ávida e impaciente por participação na condução dos negócios públicos. A repercussão da Revolução Francesa na América portuguesa, a partir de 1789, se encarregou de tornar as coisas piores, ao menos do ponto de vista das autoridades: a vinculação entre “República” e “democracia”, além de suspeita, desembocava no perigo de concretização da ameaça democrática, sempre referenciada a excessos e carregada de características negativas.

A ideia de democracia era ameaçadora por aquilo que evocava: a igualdade entre diferentes. Por essa razão, democracia estava associada à anarquia, à desordem, ao tumulto social, ao governo de vadios e à tirania de muitos. Essa evocação sombria nunca foi privilégio das monarquias absolutistas ou das autoridades portuguesas. Um revolucionário impecável como John Adams, por exemplo, grande defensor da Declaração de Independência das Treze Colônias da América inglesa no Congresso da Filadélfia, em 1774, e que viria a ser o segundo presidente dos Estados Unidos, em 1797, atribuía os excessos da Revolução Francesa ao fenômeno democrático e tinha absoluta convicção de que democracia era algo que não podia dar certo:

Fui sempre a favor de uma República livre, não uma democracia, que é um governo arbitrário, tirânico, sangrento, cruel e intolerável como o de Faláris com seu touro é representado ter sido. Robespierre é um exemplo perfeito do caráter do primeiro carneiro-guia numa democracia[.]

escreveu horrorizado, em 1807, a Mercy Warren, um ativo propagandista da Revolução Americana.¹² As duas conjurações ocorridas no Brasil durante a década de 1790 — no Rio de Janeiro, em 1794, e em Salvador, em 1798 — entraram na briga com opinião oposta à de Adams e garantiram que o uso da palavra “República”, entre nós, incluísse o aprendizado da democracia. O momento mais espetacular desse aprendizado aconteceu na Bahia, quando os conjurados de 1798 defenderam um igualitarismo radical em que ecoavam os traços do jacobinismo francês. Eles encarnaram no povo o poder de legislar e transformaram em participantes ativos dos assuntos públicos os homens livres pobres, na sua maioria crioulos e mulatos, negros livres e escravos, organizados nas ruas e com liderança política própria.

“República” teve diferentes significados para diferentes pessoas entre os séculos xvii e xviii, em Portugal e na América portuguesa. Este livro procura mostrar como esses significados vieram a ter alguma coerência, mesmo em sua diversidade, além de identificar o aparecimento, o uso estratégico e a intencionalidade autoral da palavra “República” e dos vocábulos a ela associados; suas possíveis injunções políticas, seu espectro social de uso, sua utilização como instrumento de debate público, sua manifestação como evento político. E, é claro, o livro busca observar o ritmo de mudança semântica que fez a palavra

se movimentar dentro de uma conjuntura histórica mais ampla — muito lento entre o século xvii e a primeira metade do século seguinte; muito acelerado durante as três últimas décadas do século xviii.

História é empatia, diz Evaldo Cabral de Mello. Contar uma história implica compreender os motivos dos agentes dessa história, entender as situações em que os personagens estiveram metidos e por que um deles agiu assim e não de outra maneira em determinadas circunstâncias — contar a história é também narrar o que aconteceu.¹³ Ele tem razão; só deixou de avisar o quanto isso é difícil de fazer. A narrativa é uma forma de escrita repleta de perigos, mas é próprio do gênero reter do passado algo de perturbador: a repetição do vivido, o retorno das possibilidades perdidas. É precisamente por conta desse artifício perturbador a evocar a presença dos mortos que, ao gênero narrativo, também se permite agregar dois outros procedimentos: o escrutínio de novas fontes e a busca de seus princípios explicativos. Por outro lado, entre os inúmeros perigos que cercam a construção de uma narrativa, talvez o maior não seja o de trazer à tona os personagens da história que se pretende contar, mas o de querer a todo custo escutar palavras que parecem haver se desvanecido para sempre no passado. Os documentos pesquisados para este livro privilegiam a *fala pública* dos colonos e das autoridades régias e exploram correspondências, discursos e relatórios, atas de câmaras municipais, memórias e relatos de viagem, panfletos e autos de devassa — os interrogatórios judiciais de inquirição sobre as conjurações, conduzidos por tribunais especiais secretos indicados pela Coroa. E desconfiada de que os ouvidos talvez captem melhor as mensagens quando decifradas com a ajuda da imaginação, a narrativa lançou mão da produção intelectual de letrados e de alguns de seus textos literários.

Os procedimentos de formação de uma língua republicana que tinha a especificidade do lugar que a viu nascer — a América portuguesa, ao final do século xviii — têm muito a revelar sobre o circuito da política e o lugar do poder: a ação de dizer ou apresentar um argumento aberta e explicitamente expõe um direito — o direito de falar. Ao utilizar “linguagem republicana”, este livro considera retórica, maneiras de falar sobre política, tons e estilos, estabelecimento de princípios e valores, e procura, a partir disso, encontrar um vocabulário distinguível em formação no decorrer de quase dois séculos.¹⁴

Ao final da história, porém, algo soa esquisito, quase melancólico: no Brasil, a tradição republicana emergiu e se perdeu entre o remoto século xviii e

nostros assuntos contemporâneos. Como pode uma tradição acabar sendo esquecida? Como foi que ela desapareceu quase sem deixar vestígio? Na República que o final do século XIX remeteu ao presente, os marcos que fundaram o republicanismo do período colonial estavam descaracterizados e a antiga tradição não conseguiu encontrar sua instituição apropriada. Por mais que a palavra “República” tenha se transmitido ao longo do tempo a partir de 1889, e por mais que tenha sido fielmente preservada na história brasileira desde então, até se desgastar em um chavão desimportante, os republicanos do final do século XIX acabaram por eliminar dela toda a experiência política anterior que não pudesse se encaixar nos parâmetros da República que haviam proclamado — e que se revelou uma forma de governo oligárquica, excludente e sem nenhuma sensibilidade para a questão social. Então, sem trazer à luz do presente as experiências políticas que a antiga tradição republicana não pôde transmitir — ou, como diria Hannah Arendt, sem um testamento que lega a herança do passado ao futuro —,¹⁵ a perda de uma história que possa ser contada vai se consumir de qualquer modo pelo esquecimento; e, hoje, como não se sabe bem o que se quer dizer com “República”, a palavra soa oca. Como isso pôde acontecer?

A história deste livro é como são todas as histórias: não resolvem nenhum problema ou aliviam qualquer sofrimento — elas não podem dominar o passado de uma vez por todas ou desfazê-lo em nenhuma de suas partes. Mas podem, à maneira de Homero, manter vivo no tempo o sentido dos acontecimentos, relatando-os a nós mesmos e a outros.¹⁶ Quando isso acontece, o relato do ocorrido se detém e acende, no leitor, o desejo de recordação. Recordar significa chamar de volta ao coração, encerrar algo dentro do coração. Contar histórias serve principalmente para isso: chamar de volta ao coração não só algo que aconteceu alguma vez e partiu, mas um pouco daquilo que ocorreu no passado, ainda está aqui, entre nós, e prossegue no futuro. E como não existe acesso ao passado sem mediação, o historiador vive à cata de documentos e arquivos; ele quer, a todo custo, intrometer-se num tempo que não é o seu, abrir portas e escarafunchar gavetas que não lhe pertencem, sentir com sentimentos de outras pessoas e fazer novas perguntas a uma sociedade que se desintegrou no final do século XVIII. É uma gente extravagante, eu sei. Mas toda história começa com uma pergunta. O que era ser republicano no Brasil Colônia?

1. E a República desembarcou no Brasil: Os vários significados para uma palavra

OS ARREMEDIOS DE REPÚBLICA E A CONFEDERAÇÃO DE PALMARES

Por volta do ano de 1597, um grupo formado por cerca de quarenta africanos escravizados, todos fugidos de um mesmo engenho de açúcar, em Pernambuco, subiu a serra da Barriga, na Zona da Mata, no atual estado de Alagoas. O lugar, rodeado de montanhas e inteiramente despovoado, garantiu aos fugitivos um abrigo natural e uma muralha contra ataques. A palmeira, onipresente na região, forneceu-lhes sustento e conforto, incluindo a alimentação, o trançado de cordas para fabrico de armadilhas, as peças de vestuário e a cobertura dos casebres — como um poderoso ímã, a palmeira atraiu os cativos e batizou seu esconderijo. É bem verdade que não sabemos se as coisas se passaram exatamente dessa maneira. Alguns historiadores dizem que Palmares nasceu da fuga de diversos grupos de escravizados que atravessaram, a pé, Bahia e Sergipe. Outros garantem que o esconderijo surgiu após um levante ocorrido, ao final do século XVI, na vila de Santo Antônio dos Quatro Rios, atual Porto Calvo, uma povoação erguida sobre um morro fortificado e rodeado de brejos alagados, ao sul da capitania de Pernambuco, onde hoje é o estado de Alagoas.¹

Em compensação, sabemos bem o que aconteceu depois. Na segunda metade do século XVII, a fama de Palmares tinha se alastrado por toda a América